



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14573 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEARÁ (FEJA-CE) E A TRAJETÓRIA DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Sandra Maria Gadelha de Carvalho - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Rita de Cássia Lima Alves - UECE - Universidade Estadual do Ceará

O FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEARÁ (FEJA-CE) E A TRAJETÓRIA DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Resumo: O direito à educação é afirmado na Constituição de 1988, inclusive para as pessoas jovens e adultas que não puderam frequentar a escola quando crianças e em sua juventude. Todavia, a sua efetividade tem requisitado historicamente a luta e a resistência da sociedade civil. Foi no contexto neoliberal da década de 1990, com retrocesso das políticas educacionais que professores e estudantes constituíram o Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FEJA) no Brasil, cujo objetivo é discutir, fomentar e contribuir para formulação de políticas públicas voltadas para a modalidade. Nesse sentido a pesquisa em questão, objetiva analisar as estratégias de organização, luta e incidência do FEJA/CE na construção de políticas públicas para os sujeitos da EJA por meio de um estudo de abordagem qualitativa. A base teórica apoiou-se nos autores: Costa (2021), Haddad e Di Pierro (2020) e Freire (1987), Cury (2002) e Triviños (1987), entre outros. Também foram entrevistadas professoras participantes da coordenação do Fórum ao longo de sua história. Constata-se que, embora nem sempre tenha logrado assegurar expansão das políticas de EJA, o FEJA(CE) tem se firmado no cenário político educacional do estado, como referência a ser ouvida, na constituição das políticas para a modalidade.

Palavras-chave: Direito à Educação. Fóruns de EJA. Políticas Públicas.

Introdução

O presente trabalho tem como referência pesquisa que vem sendo realizada no âmbito do curso de mestrado de uma das autoras. A motivação para seu desenvolvimento se deu a partir do engajamento como professora municipal da EJA, sendo a outra autora professora universitária, também participante do Fórum desde a sua fundação, em 2002. A partir dessa inserção passou-se a indagar: teriam as ações envidadas logrado alcançar políticas efetivas para a modalidade? Dessa forma, é objetivo geral desta investigação compreender como o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará (FEJA-CE) tem se mobilizado na luta pelo direito à educação e por políticas públicas para jovens e adultos em situação de analfabetismo e/ou pouco escolarizados.

A partir da Constituição, inicia-se o processo de construção de nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 1996. Ao mesmo tempo, também se cria o Fundo Nacional de Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF), mas com vetos ao financiamento destinado à EJA, evidenciando o pouco interesse do Estado na efetivação de políticas públicas que garantam o direito à educação para a referida modalidade.

Nesse contexto, nasce um movimento de mobilização de educadores, educandos, gestores e pesquisadores de EJA em torno do chamamento do Ministério da Educação (MEC) para os eventos preparatórios à V Conferência Internacional da Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), em 1997, em Hamburgo, na Alemanha. Com efeito, a sociedade e os movimentos organizados se articulam e começam a criar os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (FEJA) e a promover os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2005).

Assim, os Fóruns de EJA, criados a partir de 1996, hoje presentes nos 26 estados e no Distrito Federal, estão organizados em pelo menos 89 Fóruns Regionais, e envolvem pessoas, entidades e instituições: gestores públicos e privados; conselhos de direitos; instituições de ensino superior; setor empresarial; movimentos sindicais, sociais e populares; organizações não governamentais; educadores e educandos. Apresentam-se como espaço de mobilização na perspectiva de construir políticas públicas que efetivem o direito à educação, independentemente da idade, como preceitua a Constituição de 1988.

No caso específico do Ceará, o FEJA-CE se originou de uma comissão de EJA formada por representantes de instituições públicas que trabalhavam e ainda trabalham com a EJA, tendo como pontapé inicial um convite realizado por ocasião do I Telecongresso do Serviço Social da Indústria (SESI), 2002. Integravam a comissão as professoras: Maria das Neves Bessa Teixeira (Nevinha), da Secretaria de Educação Básica do Estado, Maria do Carmo Pereira (Carminha), do SESI, Eliane Dayse Pontes Furtado, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Maria Iolanda Maia Holanda, também professora da

UFC.

A partir daí a referida comissão organizou reuniões com outras instituições, fomentando a idéia da formação do Fórum e sua importância para as ações de EJA. Em 5 de novembro de 2002, no auditório da Casa da Indústria, com a palestra do Prof. Tymothy Denis Ireland para mais de 150 educadores, foi instalado o FEJA-CE e uma coordenação provisória que depois se organizou em cinco membros: Maria José Barbosa, Aurilene Furtado, Iolanda Maia Holanda, Ângela Eugênio Lopes e a Marta Araújo Pereira.

Esse momento de fundação do Fórum, segundo as professoras entrevistadas, foi de “esperança para os sujeitos envolvidos com EJA no Estado”, visto que, numa conjuntura de ascensão de políticas neoliberais, a modalidade não foi integrada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e não havia à época, uma política de governo definida no âmbito do Ministério da Educação (MEC) (Costa, 2021).

Ao longo desta trajetória o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará (FEJA-CE) tem se consolidado como organização de professores(as) da EJA, tanto no âmbito, estadual, municipal, com docentes da universidade. Este envolvimento com a temática, nos leva a indagar, passadas mais de duas décadas da existência do FEJA-CE, quais as reverberações de suas ações na constituição das políticas educacionais para esta modalidade no Estado? Até o momento, não se conta com uma publicação estadual voltada à documentação de sua atuação, tampouco com o recorte deste estudo.

A realização desta pesquisa proporcionou não só o registro histórico das atividades e lutas envidadas pelo FEJA-CE, como também dimensionou o alcance de sua atuação e organização para o fortalecimento da modalidade no âmbito estadual. Compreende-se, portanto, que pesquisar os desafios e trajetórias do Fórum de EJA na construção de políticas públicas para garantir o direito à educação na modalidade EJA e evitar mais ainda o desmonte estatal no contexto atual se constitui um importante campo de investigação para luta e resistência em prol de uma educação libertadora.

Metodologia

Para realização desse trabalho foi utilizada a pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico e qualitativo. Segundo Minayo (2012), esse tipo de pesquisa se adequa aos estudos dessa natureza, tendo em vista a compreensão de um fenômeno social.

Nesse sentido, a proposta aqui empreendida, no âmbito das ciências sociais, abordou questões que envolvem os posicionamentos, as reflexões e as subjetividades dos sujeitos, quando no sentido de reconhecimento de direitos. Tendo sido ouvidas cinco professoras que participaram da coordenação do Fórum ao longo de sua história, garantindo-se a representatividade do sistema municipal, estadual e das Universidades. Ao mesmo tempo, o

estudo de caso nos permitiu aprofundar o assunto sem esgotar todas as possibilidades, pois abordou apenas o contexto do FEJA-CE.

Análise e discussão dos resultados

A pesquisa realizada nos revelou que o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará tem sua trajetória marcada pela luta por políticas públicas que efetivam e garantem o direito à educação de jovens e adultos.

Por sua atuação política é reconhecido por várias instâncias do poder público e da sociedade civil. Tal afirmação é verificada pelos constantes chamados que o fórum tem recebido de ambos, para ocupar acentos em importantes comissões e Fóruns Estadual e Municipal de Educação para debater os rumos das políticas públicas de EJA, em âmbito local e estadual. Possui também uma relevante articulação com a Coordenação Nacional e Regional dos Fóruns de EJA do Brasil, contribuindo fortemente na organização dos Encontros Nacionais de EJA-ENEJA e Encontros Regionais de EJA.

Pode-se observar os desmontes e ataques que a modalidade sofreu no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), não só pela falta de diálogo, mas também com a destituição de espaços constituídos para a defesa da EJA como direito. Dentre os desmontes, estão: a extinção da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA); o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); o encerramento de programas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que atendiam a milhares de educandos(as); o descumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), em especial as metas 8 e 9, que preveem:

8. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo;

9. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014).

Além de não se registrar iniciativas para o cumprimento das metas, como alertam Haddad e Di Pierro (2020) depara-se com os baixos números das matrículas da EJA em todo o país, em movimento de queda contínua, conforme explicitado pelo Instituto Nacional de

Pesquisas Educacionais (INEP) (BRASIL, 2021), de 35 milhões de matriculados em 2018, houve uma diminuição para 3 milhões em 2020.

Dentre os desafios, constatamos o esforço coletivo na busca de trazer para o centro dos debates, educadores e educandos, que dificilmente participam dos encontros mensais do FEJA. E, em especial, destacamos que o FEJA-CE se apresenta como espaço de interlocução e discussão entre os vários segmentos interessados na educação de jovens e adultos e buscam propor ações que contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito à educação independentemente da idade como proclamado na Constituição de 1988.

Percebemos, assim, que o FEJA-CE, com todas as contradições, visto que reúne uma diversidade de interesses, desde o professor de EJA, técnicos das secretarias de educação, bem como representantes da sociedade civil, vem buscando contribuir para problematizar junto aos órgãos governamentais a necessidade da garantia do direito à educação. O movimento é tenso muitas vezes, pois existe também por parte de diversos professores a falta da cultura da participação e os que assumem função técnica temem represálias.

Outro ponto a ser evidenciado nesta conjuntura é que o FEJA realiza um trabalho de articulação com as universidades públicas, promovendo seminários e mesas de diálogo para tratar de temas pertinentes aos desafios da modalidade. Como resultado desse diálogo foi lançado o primeiro livro do FEJA no ano passado, fruto das pesquisas de graduação, mestrado e doutorado dos estudiosos da modalidade.

Portanto, é nesse esforço coletivo que vem se dando a luta em defesa da EJA, ora na rua, ora no parlamento e ora com produções de artigos nos jornais, notas políticas e livro. Como afirma uma das professoras entrevistadas: “Considero o FEJA, uma instância em que podemos realmente discutir as questões mais relevantes da modalidade EJA e também trazer as problemáticas e questionamentos e encaminhar as possibilidades e as soluções possíveis”.

Considerações finais

Os estudos investigativos da pesquisa nos convidam a pensar efetivamente no direito à educação da EJA, na teoria e na prática de uma política pública capaz de fomentar uma educação libertadora. Educação que requer diálogo, conscientização e participação de todos os segmentos da sociedade civil organizada. Pensar sobretudo no movimento do FEJA-CE vem desenvolvendo questões para demarcar sua posição autônoma e de participação, no que diz respeito às formulações de políticas públicas de EJA e da efetivação do direito à educação para todos que dela fazem parte.

Para Arroyo (2017), discutir com os sujeitos da EJA sobre educação significa ouvir sua voz, abrir espaço de luta pelo direito a uma vida mais justa, e como sujeitos de direitos

terem consciência desses mesmos direitos (educação, cidade, cultura, dignidade etc.).

O autor vai mais além quando afirma que a agenda das políticas públicas para EJA seja também agenda pedagógica para a transformação da vida concreta dos sujeitos. Ao mesmo tempo, alerta para que os espaços sociais de discussão sejam ocupados para manifestações sociais, culturais, políticas e de valorização da vida e da dignidade da pessoa.

Portanto, o FEJA vem se configurando um movimento social capaz de ressignificar sua ação política, enquanto articulação da sociedade civil, buscando para a efetivação de políticas públicas que, inexoravelmente, afirmem a EJA como direito para os que mais precisam ao longo da vida.

Referências

ARROYO, M. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Constituição Federal [1988]. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. VI CONFITEA, 2009.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), 2014. Disponível em : <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 19 de março de 2023.

COSTA, Clarice Gomes. **Diretrizes Curriculares e a Educação de Jovens e Adultos-EJA**: desafios freirianos no município de Fortaleza. Fortaleza: Caminhar, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

INEP. Censo Escolar, 2021. Disponível em: inep.gov.br. Acesso: 14 de março de 2023.

MINAYO, Maria Cecília. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.